



Anais da Assembléia

Nº 93

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 24 DE OUTUBRO DE 1989

ANO XV

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 77.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 24 DE OUTUBRO DE 1989.
QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Tadeu Lúcio Machado, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Alborghetti e Werner Wanderer.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acir Mezzadri, Amélia Hruschka, Antônio Annielli, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Netto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Hermas Brandão, João Arruda, José Felinto, José Rogério Carvalho, Luciano Pizzato, Luiz Carlos Alborghetti, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nilton Barbosa, Paulino José Delazeri, Sabino Campos e Vera Agibert. (33). Achando-se ausentes os Senhores Deputados José Afonso Júnior, Orlando Pessuti, David Cheriegate, Ferrari Júnior, Haroldo Rodrigues Ferreira, Homero Oguido, Ironi Pugliesi, José Alves, Leônidas Chaves, Lindolfo Júnior, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Nereu Carlos Massignan, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Renato Adur e Valderi Mendes Vilela (20). Achando-se em licença o Senhor Deputado Lauro Lobo Alcantara (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Lúcio Machado). Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2226

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário Preferência de Votação para o Projeto de Resolução n. 58/89.

Sala das Sessões, em 24.10.89.

(a) NELSON VASCONCELLOS

REQUERIMENTO Nº 2212

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pela Resolução nº 112/86, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER dispensa da discussão e votação aos projetos aprovados em terceira discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 24.10.89.

(a) WERNER WANDERER

REQUERIMENTO Nº 2224

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER que as emendas ao Projeto de Resolução nº 58/89, sejam recebidas na forma de projeto em separado, conforme decisão anterior da ilustre Mesa, exceção feita à emenda subscrita pelo Deputado Acir Mezzadri.

Sala das Sessões, em 24.10.89.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO Nº 2217

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo Art. 35, do Regimento Interno, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER a constituição da Assembléia em Comissão Geral de Plenário, para apreciação do Projeto de Lei nº 280/89, de autoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, constante da Ordem do Dia da presente sessão ordinária.

Outrossim, requer, em atendimento ao disposto no parágrafo único do dispositivo regimental mencionado, que a mesma venha a ocorrer por ocasião da votação da ordem do dia da presente sessão.

Sala das Sessões, em 24.10.89.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 2215

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de profundo pesar pelo falecimento do Sr. MANOEL CORSINO DOS SAN-

TOS, ocorrido nesta Capital, em 15 de outubro de 1989.

Requer ainda, que do presente se dê ciência aos familiares do falecido, conforme endereços abaixo:

Escolástica Corsino Lopes, esposa, João Batista Lopes dos Santos, José Ednilson Lopes dos Santos e Célia Regina Santos Bolognini, filhos.

Sala das Sessões, em 24.10.89.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 2216

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de profundo pesar pelo falecimento da Sra. MARIA ONDINA PEREIRA, ocorrido no dia 14 de outubro de 1989.

Requer ainda, que do presente se dê ciência aos familiares do falecida:

Sr. Jacir Pereira, esposo, Sra. Lucimar Aparecida Reis, Sra. Jane Michalichem, Sr. Paulo Pereira, filhos, e Sr. José Maria Reis, genro.

Sala das Sessões, em 24.10.89.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 2223

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário seja oficiado à família do Senhor Gildeto Meira dos Santos, votos de profundo pesar pelo seu falecimento ocorrido na cidade de Xambrê.

Sala das Sessões, em 24.10.89.

(a) NILTON BARBOSA

Apoioamento:

Nelson Vasconcellos.

REQUERIMENTO N° 2211

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, Requer, após ouvido o Plenário, a consagração de voto de louvor ao jornalista Dino Almeida, como reconhecimento ao inestimável trabalho jornalístico desenvolvido na imprensa do Paraná no decorrer dos últimos 25 anos, especialmente pela sua coluna diária publicada no matutino da "Gazeta do Povo" e em vários outros periódicos de nosso Estado, contribuindo para informar e formar a opinião pública do Paraná.

Requer, outrossim, seja dado conhecimento do teor deste requerimento àquele ilustre homem da imprensa paranaense.

Sala das Sessões, em 24.10.89.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

REQUERIMENTO N° 2213

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER à douta Mesa Executiva a inserção na Ata dos trabalhos da presente sessão, de votos de louvor e congratulações, pelo sucesso da viagem realizada pelo Senhor Governador Álvaro Dias à Itália, no que se refere a doação de 56 milhões de dólares para a implantação de um centro de reabilitação para doentes mentais no Município de Rio Branco do Sul, e mais 15 milhões em equipamentos de última geração que serão repassados a hospitais de Curitiba para atendimento geral e especialmente de carentes.

A presente proposição se justifica pela conquista que representa, no campo médico e da saúde, tais aquisições para o Estado do Paraná. A implantação do centro, que será feita por uma entidade de projeção mundial: Instituto L'Oasi Maria SS., sediado em Troina, na Itália, mantenedora do Centro Oásis Cidade Aberta - responsável pela mesma, deverá ser feita em futuro próximo, possibilitando ao Estado o atendimento especializado a todas as camadas sociais, especialmente às mais carentes, desde a infância até a velhice, com o que há de mais moderno e avançado em equipamentos e pesquisas.

Requer, ainda, uma vez aprovada a presente proposição, seja da mesma dado conhecimento ao Senhor Governador do Estado e aos Senhores Secretários de Estado da Administração e da Saúde.

Sala das Sessões, em 24.10.89.

(a) JOSÉ FELINTO

REQUERIMENTO N° 2205

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao DER - Departamento de Estradas de Rodagem, solicitando as providências que se fizerem necessárias, para em caráter de urgência, promover a recuperação da Rodovia BR-476, trecho São Mateus - União da Vitória.

Sala das Sessões, em 24.10.89.

(a) LUCIANO PIZZATTO

JUSTIFICATIVA:

O péssimo estado de conservação da rodovia acima identificada, em especial no trecho citado, além de constituir-se em grave risco para as pessoas que nela transitam, representa ameaça à paralisação do tráfego, o que sem sombra de dúvida poderá ensejar prejuízos econômicos de elevada monta tendo em vista que a mesma trata-se de importante via de escoamento de produção.

Por outro lado, a urgência da recuperação exige providências imediatas, pois

caso contrário, a recuperação deverá ser total e, se assim for, o seu custo será muito elevado e conseqüentemente os cofres públicos serão onerados ainda mais.

REQUERIMENTO N° 2206

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao DER - Departamento de Estradas de Rodagem, solicitando as providências, em caráter de urgência, promover a recuperação da Rodovia BR-153, trecho União da Vitória - Gal. Carneiro.

Sala das Sessões, em 24.10.89.

(a) LUCIANO PIZZATTO

JUSTIFICATIVA:

O péssimo estado de conservação da rodovia acima identificada, constitui-se em sério risco de vida para as pessoas que nela trafegam, sendo que se não for recuperada imediatamente poderá ocorrer a sua deterioração total, o que por sua vez traria sérios prejuízos para o escoamento da produção da região, além de onerar ainda mais os cofres públicos para a sua recuperação.

REQUERIMENTO N° 2207

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao DER - Departamento de Estradas de Rodagem, solicitando as providências que se fizerem necessárias, para a recuperação da Rodovia BR-277, trecho Curitiba - Paranaguá.

Sala das Sessões, em 24.10.89.

(a) LUCIANO PIZZATTO

JUSTIFICATIVA:

O péssimo estado de conservação daquela rodovia está a exigir providências imediatas para a sua recuperação, tendo em vista que a mesma, além de constituir-se em importante via de escoamento de produção e ligação com o Porto de Paranaguá, no estado em que se encontra é uma séria ameaça à vida das pessoas que nela transitam e também a sua deterioração, caso não seja recuperada, poderá exigir o dispêndio de recursos que onerariam ainda mais os cofres públicos.

REQUERIMENTO N° 2225

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que se oficie ao Presidente da Confederação Brasileira de Futebol - CBF, Dr. Ricardo Teixeira, bem como ao Presidente do Supremo Tribunal de Justiça Esportiva solicitando

Reconsiderar a decisão tomada pela CBF ontem em suspender o Curitiba Foot Ball Club, por 01 (um) ano de participar dos Campeonatos Nacional e Internacional.

Requer, ainda, que do mesmo seja dada ciência aos respectivos Senhores, bem como ao Presidente do C.F.C., Senhor Bayard Osna, para sua ciência.

Sala das Sessões, em 24.10.89.

(a) NEIVO BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente, Senhores Deputados, a razão pela qual propomos a aprovação desse requerimento prende-se ao fato de que o Curitiba Futebol Club - CFC sentiu-se prejudicado pela CBF Confederação Brasileira de Futebol quando da mudança do jogo do Vasco X Esporte Recife que inicialmente estava colocada na 7.^a rodada e foi transferida para depois da última rodada, e essa mudança fazia uma diferença substancial ao CFC, razão pela qual o Clube recorreu ao Supremo Tribunal de Justiça Esportiva - STJE sendo que o mesmo lhe concedeu uma liminar, e o CFC de posse dessa liminar previamente autorizado pela STJE não compareceu ao jogo contra o Santos.

Em 23.10.89, o STJE em reunião extraordinária reuniu-se para julgar o mérito dessa liminar, e nessa data decidiu-se pela cassação da liminar anteriormente concedida, então, a CBF reuniu-se decidindo pela punição CFC suspendendo-o de participar por um ano dos Campeonatos Nacional e Internacional.

Ora Senhores Deputados, ao nosso entender a CBF não poderia tomar essa decisão, eis que a razão primeira do CFC estava baseada na própria liminar concedida pelo STJE, portanto, nova data deveria ser marcada para a disputa do jogo entre o CFC X Santos, pois há de convir que existe uma legislação desportiva, no qual o CFC estava pautado.

Ademais Senhores Parlamentares, vimos nessa decisão a discriminação odiosa contra o Povo do Paraná, eis que o CFC desde a sua fundação em 12.10.1909 foi 29 vezes campeão do Paraná e até hoje o único clube paranaense que foi consagrado Campeão Brasileiro em 1985, dando muita alegria aos torcedores paranaenses, pois a questão esportiva além de ter uma repercussão social, é também uma paixão e razão de alegria para milhares de pessoas.

Desta feita, solicitamos a esse douto Plenário que aprove esse requerimento, ao mesmo tempo temos a certeza de que teremos a reconsideração da CBF quanto ao pleiteado, haja vista a importância do requerido, para o que contamos com a anuência dos demais nobres Pares desta Augusta Casa de Leis.

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 64/89

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E:

Inclua-se onde couber o seguinte artigo:

Art. - Aos ocupantes dos cargos de "Taquígrafo", aplica-se o disposto na Resolução n. 27 de 29 de junho de 1989, deste Poder.

Sala das Sessões, em 24.10.89.

(a) ERONDY SILVÉRIO

Apoiamento: Algaci Túlio, Nilton Barbosa, Nelson Vasconcellos, Acir Mezzadri e João Arruda.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 284/89

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - O art. 1° da Lei n. 9008/89 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Fica criado o Município de Santa Tereza do Oeste, com território desmembrado dos Municípios de Cascavel e Toledo, com sede na localidade de Santa Tereza, que passa a denominar-se Santa Tereza do Oeste, com as seguintes divisas:

"Começa às margens da BR-277, no ponto confrontante com a nascente do Rio São Francisco Falso Braço Norte, segue a referida nascente, pela qual desce até ponto de divisa entre os lotes 38-37, pelo qual desce até encontrar em sua margem direita com a divisa dos lotes 3 e 5, e 2 e 4 do 3° perímetro "A" da Colônia São Francisco, até o arroio Vital Brasil, sobe pelo mesmo até encontrar em sua margem direita a divisa entre os lotes 11 e 12 do mesmo perímetro, pela qual segue até a Rodovia OT-338, segue pela mesma direção geral leste até encontrar à esquerda a divisa entre os lotes 16 e 17 pela qual segue até o Rio Santa Quitéria (Central), desce pelo mesmo até encontrar, em sua margem direita, a divisa entre o lote n. 13 do 2° perímetro da Colônia São Francisco e o imóvel Lopei, segue daí, pela divisa citada e ainda pela divisa leste dos lotes ns. 15 e 23 do mesmo perímetro, até o Rio São Francisco, e por este acima até a foz do Rio San Martin ou da Casa, e por este acima até sua nascente, de onde segue a reta que contém a cabeceira do Córrego Jumelo, até o Rio Central e por este acima até sua nascente direita, de onde por uma linha seca alcança a cabeceira do Córrego Saltinho, e por este Córrego descendo por sua

margem direita até a foz do Arroio Formoso, subindo pelo Arroio Formoso pela sua margem esquerda até a foz de seu primeiro afluente pela margem direita e por este Córrego em direção à sua nascente, e daí em linha reta até a nascente do Córrego Gramadinho, e por este Córrego pela sua margem direita até sua foz no Rio da Paz, subindo por este Rio margem direita, até encontrar marco divisório das glebas 2 e 3, seguindo daí em linha reta direção oeste, passando pelo KM 17 da PR-182, por esta divisa seca, até o Rio Gonçalves Dias, e por este Rio acima, até a foz do Córrego Jumelo, e por este Córrego pela sua margem esquerda até sua nascente, de onde alcança a BR-277, no ponto confrontante com a nascente do Rio São Francisco Falso Braço Norte, ponto de partida".

MEMORIAL DESCRITIVO DO PERÍMETRO URBANO DA SEDE DO MUNICÍPIO DE SANTA TEREZA DO OESTE

"Ao Norte, com o ponto de partida da quadra 134, pela BR-277, em direção oeste até encontrar a quadra n. 01, daí em direção Sul pelo Rio Gonçalves Dias, descendo até a confluência do Arroio Melo Nunes, por este à leste até encontrar a estrada que vai a Capanema, daí até a quadra n. 224, em linha reta à Este, até a quadra 227, por esta, em rumo Norte, até a quadra 183, à este novamente até a quadra 213, partindo daí em rumo Norte até o ponto de partida".

Sala das Sessões, em 24.10.89.

(aa) GERNOTE KIRINUS, DAVID CHERIEGATE
e ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O Município de Céu Azul, situado às margens da BR-277, na região Oeste do Paraná, tem do seu território, 74,2% de área tomada pelo Parque Nacional do Iguaçu, ficando apenas com 25,8% da área explorada economicamente pela agricultura e pecuária.

Sabedores de que o recente Município criado de Santa Tereza do Oeste, então distrito de Cascavel, através de seus representantes, delimitaram as divisas territoriais adentrando no Município de Céu Azul na área que especificamos:

"Começa às margens da BR-277, no ponto confrontante à nascente do Rio Butu, segue a referida nascente pela qual desce até o ponto de divisa entre os lotes 161-162, segue por esta e posteriormente pela divisa entre os lotes 38-37. Atingindo o Rio São Francisco Falso Braço Norte, pelo qual sobe até encontrar sua nascente confrontando com a BR-277, por esta no sentido de Foz do Iguaçu, até encontrar o ponto inicial na nascente do Rio Butu".

Esta área, conforme especificamos no mapa anexo, pertencia ao Município de Céu Azul e foi incorporada ao município de Santa Tereza do Oeste, sem prévia consulta à Câmara de Vereadores, como determina a Lei Complementar Federal nº 01/67, ferindo direitos fundamentais do Município, como a soberania e a autonomia.

Data vênua, dado o exposto, atendendo aos apelos da comunidade de Céu Azul, representando os mais variados segmentos sociais, pretendemos a retificação da Lei nº 9008/89, da forma apresentada, a fim de que do território do novo Município de Santa Tereza do Oeste, seja excluída a área desmembrada do Município de Céu Azul.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PROJETO DE LEI Nº 285/89

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE MANDAGUAÇU, com sede e foro no Município de Mandaguçu - Paraná.

Art. 2º - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.10.89.

(a) FERRARI JÚNIOR

PROJETO DE LEI Nº 286/89

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Todos os entes da Administração Indireta: autarquias, empresas públicas, empresas de economia mista, fundações mantidas pelo Poder Público, ficam obrigadas a prover os cargos, empregos ou funções, em primeira investidura, mediante concurso público de provas, ou provas e títulos, excetuando-se os cargos em comissão de direção e assessoria do primeiro escalão.

Art. 2º - A desobediência ao artigo anterior, implicará em nulidade dos atos praticados, sem prejuízo da responsabilidade do infrator.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.10.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Considerando a necessidade de profissionalizar os quadros de pessoal na Administração Indireta;

Considerando que o concurso público é a melhor forma de recrutar pessoal para o exercício de funções dos poderes públicos,

pela seleção por critérios objetivos de conhecimentos adequados ao desempenho das funções, eficiência e capacidade profissional;

Considerando que a instituição de concurso público é forma de democratizar o acesso a cargos, empregos ou funções públicas e fator de moralização e transparência da administração;

É necessário que o salutar princípio de acesso a função, emprego ou cargo público por concurso, seja estendido à administração indireta, razão pela qual contamos com o acolhimento desta Casa ao presente projeto de lei que regulamente o disposto no artigo 27, inciso XXIII, da Constituição Estadual.

PROJETO DE LEI Nº 287/89

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas da Administração Pública, direta, indireta, fundações e órgãos controlados pelo Poder Público, ainda que custeada por entidades privadas, deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, e será realizada de forma a não abusar da confiança do cidadão, não explorar sua falta de experiência ou de conhecimento e não se beneficiar de sua credulidade.

Art. 2º - É vedada a utilização de nomes, símbolos, sons e imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

Art. 3º - A publicidade a que se refere o art. 1º, somente poderá ser realizada após aprovação pelo Poder Legislativo de plano anual de publicidade, que conterá previsão dos seus custos e objetivos, na forma da lei.

Art. 4º - A veiculação da publicidade a que se refere o art. 1º é restrita ao território do Estado do Paraná, exceto aquelas inseridas em órgãos de comunicação impressos de circulação nacional.

Art. 5º - O Poder Executivo publicará e enviará ao Poder Legislativo, no máximo trinta dias após o encerramento de cada trimestre, relatório completo sobre os gastos publicitários da administração direta, indireta, fundações e órgãos controlados pelo Poder Público, na forma da lei.

Art. 6º - Verificada a violação ao disposto no art. 1º, caberá à Assembléia Legislativa, por maioria absoluta, determinar a suspensão imediata da propaganda e publicidade.

Art. 7º - O não cumprimento do disposto no art. 1º, implicará em crime de responsabilidade, sem prejuízo da suspensão da atividade e da instauração imediata de procedimento administrativo para sua apu-

Art. 8º - As empresas estatais que sofrem concorrência de mercado, não se aplicam os dispostos nos arts. 2º e 3º desta lei.

Art. 9º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.10.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

A Administração Pública deve pautar seu procedimento pela transparência dos seus atos.

Após 21 anos de arbítrio, período em que todas as informações eram sonegadas ao povo, já se faz hora que este mesmo povo possa saber onde, como e quanto está sendo gasto do dinheiro arrecadado através de imposto, taxas e outros meios.

A publicidade é um meio moderno de informar, com o que concordamos, mas o exagero é inconcebível.

A presente proposição visa, apenas e tão somente, pôr em prática o tão decantado princípio democrático de que o povo, aquele que sustenta a máquina administrativa funcional do Estado, possa saber de que forma estão agindo as autoridades constituídas.

Esta proposta visa aperfeiçoar e adotar ao Estado do Paraná o preceito estabelecido no art. 37, § 1º, da Constituição Federal.

Cremos, diante do exposto, que o apoio dos nobres Pares para a aprovação deste é certo, pois sabemos que os Parlamentares com assento nesta Augusta Casa de Leis, exercem a função real de fiscalizadores, para a qual foram eleitos.

PROJETO DE LEI N° 288/89

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - A empresa pública que tornar obrigatório o uso de uniformes, por parte de seus funcionários, deverá assumir a responsabilidade pelo seu fornecimento gratuito.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.10.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Já são tantas as exigências que passam sobre o funcionalismo, que a presente proposição vem apenas tentar diminuí-las, servindo-se de um instrumento legal que é a transferência do débito com vestuários padrões, para o empregador em questão.

No final do mês, uma parcela significativa do salário já é retirada na fonte e o orçamento familiar que é praticamente

Curitiba, quinta, em 24.10.89

comprometido com as despesas normais, acaba sendo confiscado ainda, pelo pagamento dos uniformes exigidos para o exercício da profissão em algumas empresas.

Ciente da importância de tal proposta e certo de que ela pode colaborar com nossos funcionários, concito os nobres Pares desta Augusta Casa de Leis, a somarem conosco nesta iniciativa.

PROJETO DE LEI N° 289/89

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Estarão sujeitos, obrigatoriamente, à divulgação pelo órgão da imprensa oficial, os atos que versem sobre servidores das entidades da Administração Indireta e Fundações que importem em:

I - provimento e vacância de cargos e funções:

II - lotação e relotação no Quadro de Pessoal, contratos e respectivas alterações, bem como, a dispensa de servidores regidas pela legislação trabalhista.

III- comissionamentos em geral;

IV - afastamentos.

Parágrafo Único - Os atos compreendidos neste artigo somente terão validade legal após a sua publicação.

Art. 2º - As sociedades de economia mista, em que o Estado seja acionista majoritário, ficam obrigadas a remeter à Comissão de Fiscalização e Controle da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, relação dos atos da Diretoria da empresa que versem sobre o disposto nos incisos I, II, III e IV do artigo 1º desta Lei.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.10.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

A todos os atos da Administração Pública deve ser dada ampla divulgação.

Por meio de um subterfúgio legal, os procedimentos das entidades da Administração Indireta, das Fundações e das Sociedades de Economia Mista, mesmo aquelas em que o Estado é o acionista majoritário, não são divulgados, uma vez que não existe ditame legal, que a tanto as obrigue.

A presente propositura visa, apenas e tão somente, a por em prática o tão decantado princípio democrático, de que o povo, aquele que sustenta a máquina funcional do Estado, possa saber limpidamente de que forma estão agindo as autoridades constituídas.

Não se trata de mero capricho, mas da obrigação que tem um representante do povo, como nós, de trazer ao conhecimento popular tudo o que ocorre no âmbito da administração pública.

Somos e seremos fiscalizadores, pois para tanto fomos eleitos.

Não vemos, por outro lado, inconveniente algum na publicidade ora pretendida, pois ao que apregoa, a presente administração estadual quer ser límpida.

Cremos, diante do exposto, que o apoio dos nobres Pares para a aprovação deste é certa, pois se trata de medida saneadora.

PROJETO DE LEI N° 290/89
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica fixado até o dia 05 (cinco) e 20 (vinte) de cada mês o prazo para que o estabelecimento oficial de crédito, faça entrega a cada Município, mediante crédito em conta individual ou pagamento em dinheiro, à conveniência do beneficiário, a parcela que a este pertencer no valor total dos depósitos feitos pelo Estado, na Conta de Participação dos Municípios no Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação- ICMS.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.10.89.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

As prefeituras municipais encontram-se em grandes dificuldades financeiras, para saldar seus compromissos, nossa intenção é antecipar a entrega dos percentuais arrecadados pelo Estado, relativos às parcelas pertencentes aos Municípios, através do ICMS arrecadado.

PROJETO DE LEI N° 291/89
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a SOCIEDADE DOS AMIGOS DA CULTURA UCRAÍNA, com sede em Curitiba - Pr.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.10.89.

(aZ) VERA AGIBERT

JUSTIFICATIVA:

A Sociedade dos Amigos da Cultura Ucrânia, fundada em 1947, é entidade que atua no campo cultural e comunitário. Neste espaço de tempo, na área cultural, editou e publicou dezenas de livros como: PARA O BRASIL" POESIAS DE HELENA KOLODY, ROMANCE MARUCIA (Marco Wouchok) FRANCO e outros.

No campo social, desenvolve o trabalho

comunitário na área artesanal, como promoção de cursos de bordados, costura, pintura, trabalhos manuais e domésticos.

PROJETO DE LEI N° 283/89
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica criada a REGIÃO ADMINISTRATIVA CENTRAL DO ESTADO DO PARANÁ, integrada pelos seguintes Municípios: Cândido de Abreu, Faxinal, Godoy Moreira, Grandes Rios, Ivaiporã, Lunardelli, Manoel Ribas, Nova Tebas, Pitanga, Rosário do Ivaí, São João do Ivaí e São Pedro do Ivaí.

Art. 2° - Fica designada para sede da Região Administrativa Central do Paraná, a cidade de Ivaiporã.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.10.89.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

Com a instalação de órgãos representativos do Governo do Estado do Paraná em Ivaiporã, irá facilitar imensamente os trabalhos dos prefeitos da região do Vale do Ivaí, nas soluções de seus problemas comuns, favorecendo e agilizando os projetos inerentes aos municípios.

A centralização num só pólo, dos principais órgãos públicos estaduais, viria adequar todos os atendimentos.

O Vale do Ivaí, por se tratar de uma região cujos municípios têm os mesmos problemas e necessitam de um atendimento eficaz em seus diversos setores, a criação da Região Central do Paraná viria a solucionar todos os problemas.

A indicação de Ivaiporã para sede administrativa, fundamenta-se no sentido de que o município está estruturado necessariamente para dar atendimentos aos municípios vizinhos.

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Lúcio Machado) - Encerrada a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado José Rogério.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"O Brasil vive hoje momentos de grande questionamento, porque na realidade não é dado a ninguém prever quais os rumos que serão tomados após as eleições de 15 de novembro, seja quem for o Presidente eleito.

Mas, se de um lado os brasileiros se preocupam com o momento político eleitoral, de outro a grande preocupação é, sem dúvida, o crescimento da violência.

Alarmados, assistimos o avanço da violência em todos os níveis. Em todos os sentidos.

O grau de criminalidade a que chegamos é alarmante. A tal ponto que está a obrigar a sociedade a mudar seus hábitos, seu modo de vida, sob o pavor de, a qualquer momento, perder a vida e até os seus bens.

Quais os motivos que levam a sociedade a viver apavorada e intimidada?

Quais os motivos para a explosão demográfica que acontece nas camadas mais baixas?

O que pode justificar os 35 milhões de menores abandonados - futuros marginais?

E a escalada das drogas? Por que o crescimento do narcotráfico?

Por que os meios de comunicação estão se voltando para a desinformação, para o ensino da prática da violência?

Sabemos que a questão da violência é um grande desafio para todos nós. Sua solução é difícil e penosa.

Mas, como homens públicos, como representantes desta sociedade que, amedrontada, se retrai e se acautela, não podemos ficar de braços cruzados.

Precisamos ter uma visão da violência.

Precisamos, unidos, buscar as causas. Buscar soluções que possam representar medidas capazes de serem executadas.

Nós acreditamos que, com boa vontade, cada um de nós poderá contribuir muito para que esta sociedade encontre as medidas mais adequadas. As soluções mais propícias, mais apropriadas para se deter a escalada da violência.

Nesta busca, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que esta Casa está promovendo, nos próximos dias 30 e 31, um seminário que pretende discutir, a fundo, todos os problemas - ou talvez os principais - que envolvem a violência.

Vamos buscar uma visão da violência, para que possamos tirar medidas em proveito da nossa sociedade.

Eminentes homens públicos, juristas renomados, do cenário brasileiro, estarão presentes ao evento trazendo suas experiências e sugestões. (Ler convite - palestristas). O seminário é desta Casa e temos certeza, vai contribuir para mais valorizá-la. Mas, para que possa atingir seus objetivos, a presença de todos os Srs. Deputados é por demais importante.

Na condição de coordenador do evento que - é desta Casa, repetimos - apelamos a todos os nossos nobres colegas que se façam presentes ao mesmo, para que possamos, em conjunto, ter uma nítida, clara e transparente visão da violência."

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Lúcio Machado) -

Ainda no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Depu-

tado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Hoje comemora-se o "Dia das Nações Unidas", e hoje pela manhã a Prefeitura Municipal de Curitiba e o Governo do Estado fizeram a entrega de um monumento dedicado ao batalhão do Suez, os "Boinas Azuis" estiveram defendendo as cores brasileiras. (Lê):

Em 29 de outubro de 1956, o presidente do Egito, Gamal Abdel Nasser, nacionalizou o Canal de Suez e proibiu a passagem de navios israelenses pelo canal. A atitude de Nasser desagradou aos ingleses e franceses que mantinham o monopólio sobre esta importante via de navegação.

A reação das partes que se sentiram prejudicadas não demoraria: em poucas horas começaria a intervenção militar dos europeus e judeus. Enquanto os ingleses e franceses ocupavam a zona do Canal, Israel invadia a Península do Sinai e ocupava o enclave jordaniano, a oeste do Rio Jordão, de tal forma que, parte de cidade santa de Jerusalém ficou dentro dos limites de Israel.

Tanto os EUA quanto a URSS, se opuseram aos atos de guerra mas foi da União Soviética que partiu o ultimato para que as forças invasoras abandonassem suas posições. Sofrendo as pressões diplomáticas da ONU e das duas grandes potências os europeus logo se retiraram e os judeus, um ano depois.

O presidente egípcio busca a proteção da ONU e, em 05 de novembro de 1956 foi criada a UNEF (Forças de Emergência das Nações Unidas). Então os "boinas azuis" entram em cena estabelecendo-se na Faixa de Gaza, uma área de 100 km de comprimento por 10 km de largura, na divisa entre Israel e Egito.

Esta Força de Emergência era formada por contingentes do Brasil, Canadá, Colômbia, Dinamarca, Finlândia, Índia, Indonésia, Iugoslávia, Noruega e Suécia. Cada um destes agrupamentos tinha em média 600 homens entre praças e oficiais, num total de 6.000, representando as dez nações durante um ano, renovando seus efetivos a cada ano.

A presença da UNEF em território egípcio por longos dez anos foi justificada pelo pedido do presidente Nasser, buscando garantir a soberania da nação. Quando se julgou capaz de defender o território egípcio e confrontar-se com Israel, pediu a retirada imediata das Forças de Paz. Foi prontamente atendido.

Seguiu-se a "Guerra dos Seis Dias", em que o Egito e seus aliados foram fragorosamente derrotados pelo pequeno e bem equipado exército e força aérea de Israel.

Enquanto manteve a sua Força de Paz na Faixa de Gaza, a ONU conseguiu preservar a paz entre Israel e Egito, mantendo o conflito em níveis aceitáveis. Bastou que retirasse os seus efetivos da área para que a guerra recomeçasse.

O Contingente Brasileiro, renovado duas vezes a cada ano, era chamado "Batalhão Suez". Sua atuação no conflito árabe-israelense foi considerada "Serviço Nacional Relevante" pelo Governo Federal, através do decreto 43.800 de maio de 1958.

A 10 de dezembro de 1988, a Fundação Nobel outorgou o prêmio Nobel da Paz, às Forças de Manutenção da Paz da ONU pelos serviços prestados desde 1948 até hoje.

E é por isto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que eu venho à tribuna hoje para prestar homenagem, em nome desta Casa àqueles pracinhas, àqueles voluntários brasileiros, em especial aos paranaenses que formaram contingente, e que foram lá combater e ajudar na defesa, evidentemente, do direito de cada um.

Eram chamados os "Homens da Paz", e estes "Homens da Paz" foram homenageados hoje em Curitiba, com a entrega do Monumento da Praça das Nações, no alto da Rua XV, numa iniciativa da Prefeitura de Curitiba e do Governo do Estado do Paraná.

Era, portanto, Senhor Presidente, a homenagem que nós queríamos neste momento prestar a estes companheiros curitibanos, paranaenses e brasileiros. A homenagem, no dia de hoje, é em nome da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Tadeu Lúcio Machado).

Encerrado o Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente. No Grande Expediente concedo a palavra ao nobre Deputado José Rogério de Carvalho.

(Declina).

Havendo declinado, passamos ao Horário das Lideranças.

Consulto à Liderança do PL se fará uso do seu tempo.

(Declina).

Havendo declinado, consulto à Liderança do PT se fará uso do seu tempo.

(Declina).

Havendo declinado, consulto à Liderança do PFL se fará uso do seu tempo. Com a palavra o Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Senhor Presidente e nobres Colegas.

Pretendia apresentar duas emendas ao Projeto de Resolução da Comissão Executiva, sob o n. 58/89. Já pronunciei-me nas duas oportunidades das duas discussões que precederam a análise desse projeto nesta Casa e pelas razões sucintas, ou sucintamente consideradas manifestei o meu voto

contrário nas duas oportunidades, porque eu entendo que não é desta forma que se reestrutura o quadro da Casa, que há vinte anos não se faz concurso nesta Casa, com exceção de meia dúzia, de taquígrafos, que nós temos cerca de quinhentos cargos na Casa, que nós não conhecemos o número de funcionários estáveis, em função da Constituição Federal de 88, nós não sabemos - nós, todos os Deputados - não sabemos quantos funcionários, adidos nesta Casa, de outros Poderes virão para cá em função da Constituição Estadual e nós não sabemos quantos somos, e quanto temos, e quantos seremos, mas pronunciei-me e votei contrariamente, porque eu acho que deve ser precedida votação de matéria desta natureza de uma comissão especial de estudo pormenorizado, onde participem as Bancadas todas. Porque, como é sabido, estamos votando a criação de cargos que, a bem da verdade, teremos que fazer concurso público para provimento dos mesmos, mas são noventa e cinquenta cargos que estamos criando aqui.

Mas, como o meu voto foi isolado e a minha manifestação ficou nesta Casa, faço agora, em hora inoportuna, porque seria na discussão, as duas emendas, Senhor Presidente, era para alterar o artigo 12 da Resolução que dispõe sobre a forma de concurso dizendo: os concursos serão para aqueles de nível universário. Eu discordo, eu acho que o provimento deveria ser nos termos da lei, quer dizer, carreira inicial-concurso público na forma da lei em que as nossas Constituições dispõem. E também o artigo n. 14, que cria, eu não sabia, que o servidor promovido horizontalmente, perceberá um acréscimo de vencimentos nos seguintes percentuais: após 05 (cinco) anos de serviço, mais dois por cento na referência II, após 10 (dez) anos mais quatro por cento na Referência III e após 15 (quinze) anos mais seis por cento na Referência IV.

Esta referência não existe em lugar nenhum, nem na Constituição Federal, nem na Constituição Estadual, não existe legislação que fale isso. De forma, portanto, que é profundamente inconstitucional.

Deixo de apresentar as emendas porque o Regimento Interno dispõe que é necessário o apoio de quatro ou cinco Parlamentares e como o assunto não é de interesse de todos eu deixei de solicitar o apoio e, conseqüentemente, deixo de apresentar as emendas, mas advertindo, mais uma vez, à Mesa, que é a responsável pelas decisões dessa Casa e as propostas, de que o assunto, no meu modesto entendimento, mereceria e deve merecer, na oportunidade do provimento dos cargos, cuidados da mesa e com conhecimento prévio dos Parlamentares desta Casa.

É muito dinheiro envolvido nisso. Nós não podemos pegar os 3% dos recursos destinados, pela Constituição para o Poder Legislativo e jogar no cesto assim, mas prevalece a vontade da proposta da Mesa e da maioria da Casa, evidentemente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Tadeu Lúcio Machado)

A Mesa consulta à Liderança do PDS.

(Declina).

A Mesa consulta à Liderança do PTB.

(Declina)

A Mesa consulta à Liderança do PTN.

(Declina).

A Mesa consulta à Liderança do PRN.

(Declina)

A Mesa consulta à Liderança do PRP.

(Declina).

A Mesa consulta à Liderança do PSDB.

(Declina)

A Mesa consulta à Liderança do PMDB.

(Declina).

A Mesa consulta à Liderança do PDT.

(Declina)

Encerrada a Hora do Expediente, passamos à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 33 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei complementar, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Projeto de resolução de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, devidamente apoiado, constante do expediente. A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos Srs. Deputados Gerote Kirinus, David Cheriegate e Antônio Annibelli, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Projetos de lei de autoria do Sr. Deputado Namir Piacentini, constantes do expediente. Necessitam de apoio. Apoiados. A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Sra. Deputada Vera Agibert, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Resolução nº 58/89,

constante da Ordem do Dia da presente sessão. - Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando que as emendas ao Projeto de Resolução nº 58/89, sejam recebidas na forma de projeto em separado, conforme decisão da Mesa, com exceção da emenda de autoria do Sr. Deputado Acir Mezzadri.

De conformidade com o requerimento de preferência de votação de autoria do Sr. Deputado Nelson Vasconcellos, acima aprovado:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 58/89, de autoria da COMISSÃO EXECUTIVA, que dispõe sobre Quadro Efetivo do Pessoal da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, conforme especifica.

Sobre o referido projeto, emenda aditiva de Plenário, de autoria do Sr. Deputado Acir Mezzadri, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO

AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 58/89

Inclua-se onde couber no Projeto de Resolução nº 058/89 o seguinte artigo e parágrafo único:

"Art. - Fica criada a Auditoria do Poder Legislativo, subordinada diretamente a Comissão Executiva, organizada através de Decreto Legislativo."

Parágrafo Único - A Auditoria compõem-se de 10 (dez) cargos de Auditores A, com vencimento básico e vantagens iguais ao do Cargo de Procurador deste Poder e 10 (dez) cargos de Auditores B, com vencimento e vantagens na base de noventa por cento dos valores atribuídos aos Auditores A, e serão providos dentre cidadãos com reputação ilibada e notória experiência Parlamentar, na forma do decreto de que trata o "caput" deste artigo."

Sala das Sessões, em 24.10.89

(a) ACIR MEZZADRI

Apoio: José Rogério Carvalho, Nilton Barbosa, Hermas Brandão e Eduardo Baggio.

JUSTIFICATIVA:

A criação dos cargos de Auditores tem como finalidade dotar o Poder de pessoal especializado e de notório saber na área Legislativa, tendo em vista a ampliação das prerrogativas Parlamentares.

A auditoria nesta Assembléia, em muito contribuirá para uma maior eficiência na execução das atividades legiferantes.

Em votação a emenda aditiva, ressalvado o projeto. Aprovada.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 281/88, de autoria do Deputado Ezequias Losso, que declara de Utilidade Pública a "Associação de Moradores do Conjunto Residencial Atuba e Jardim Atuba", com sede

nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3.^a DISCUSSAO - Do Projeto de Lei n° 21/89, de autoria do Deputado Erondy Silvério, que declara de Utilidade Pública o "Movimento de Ação Social do R.U.C (Ribeirãoclarenses Unidos em Cristo)". Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3.^a DISCUSSAO - Do Projeto de Lei n° 147/89, de autoria do Deputado Sabino Campos, que declara de Utilidade Pública a "Associação de Donas de Casa de Toledo", com sede e foro no Município de Toledo. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3.^a DISCUSSAO - Do Projeto de Lei n° 156/89, de autoria do Deputado NEIVO BERALDIN, que concede uma pensão de dois salários-mínimos à viúva do ex-Prefeito de Porto Rico, Senhor Celso Romão de Oliveira, à Senhora Vera Lúcia Romão. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., e C.F., por unanimidade. Aprovado.

3.^a DISCUSSAO - Do Projeto de Lei n° 167/89, de autoria da Deputada Irondy Pugliesi, que declara de Utilidade Pública a "Escola Especial Raio de Sol - APAE" de Iguaraçu - Pr. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3.^a DISCUSSAO - Do Projeto de Lei n° 169/89, de autoria do Deputado NAMIR PIACENTINI, que declara de Utilidade Pública a "Associação de Moradores do Jardim Pio XII", com sede e foro na cidade de Campo Mourão. Com PARECERE FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3.^a DISCUSSAO - Do Projeto de Lei n° 172/89, de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que declara de Utilidade Pública a "Fundação de Prevenção ao Abuso de Drogas", com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3.^a DISCUSSAO - Do Projeto de Lei n° 190/89, de autoria do Deputado NEIVO BERALDIN, de declara de Utilidade Pública a "Associação dos Servidores do Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Paraná". Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3.^a DISCUSSAO - Do Projeto de Lei n° 191/89, de autoria do Deputado NEIVO BERALDIN, de declara de Utilidade Pública a "Associação Lar da Criança de São Dimas", com sede e foro em Colombo. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.

Aprovado.

3.^a DISCUSSAO - Do Projeto de Lei n° 262/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 72/89), que objetiva extinguir na estrutura da Secretaria de Estado da Educação, 22 cargos em comissão de Chefe de Núcleo Regional da Educação, símbolo 1-C e de 211 cargos em comissão de Inspetor Estadual de Educação, símbolo 4-C, e criar na estrutura da referida Secretaria de Estado, 22 cargos em comissão de Chefe de Núcleo Regional da Educação, símbolo DAS-5 e 211 cargos em comissão de Inspetor Estadual de educação símbolo 1-C. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSAO GERAL da ASSEMBLÉIA, por unanimidade. Aprovado.

3.^a DISCUSSAO - Do Projeto de Lei n° 273/89, de autoria da Procuradoria Geral da Justiça, que dispõe sobre o reajuste dos Servidores da Procuradoria Geral da Justiça do Estado do Paraná, a título de antecipação salarial, a partir de 1° de novembro de 1989. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSAO GERAL da ASSEMBLÉIA, por unanimidade. Aprovado.

2.^a DISCUSSAO - Do Projeto de Lei n° 208/89, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que autoriza o Poder Executivo a conceder pensão mensal a Oracina Pereira, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., na forma da EMENDA SUBSTITUTIVA, por unanimidade. Em votação a emenda substitutiva, ressalvado o projeto. Aprovada.

2.^a DISCUSSAO - Do Projeto de Lei n° 226/89, de autoria do TRIBUNAL DE JUSTIÇA, que majora os vencimentos dos servidores e serventuários do quadro de pessoal das Secretarias do Tribunal de Justiça e de Alçada e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.R.H. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSAO - Do Projeto de Lei n° 281/89, de autoria do TRIBUNAL DE JUSTIÇA, que dispõe sobre os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas do Poder Judiciário, vigentes em outubro de 1989, serão, reajustados, a partir de 01 de novembro de 1989, a título de antecipação salarial, no percentual de 85%. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSAO GERAL da ASSEMBLÉIA por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSAO - Do Projeto de Lei n° 60/89, de autoria da COMISSAO EXECUTIVA, que reajusta os vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas do Poder Legislativo e dá outras pro-

vidências. Aprovado, artigo por artigo.

(a) PIRAJÁ FERREIRA

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 280/89, de autoria do TRIBUNAL DE CONTAS, que dispõe sobre o reajuste dos funcionários do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, a título de antecipação salarial, a partir de 1° de novembro de 1989. Aprovado.

PROJETO DE LEI N° 280/89
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná.

D E C R E T A:

Art. 1° - Os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, vigentes em outubro de 1989, serão reajustados, a partir de 1° de novembro de 1989, a título de antecipação salarial, no percentual de 85% (oitenta e cinco por cento).

Art. 2° - Ficam reajustados em 85% (oitenta e cinco por cento):

I - os valores da Gratificação de Produtividade, e

II - os valores da Gratificação de Representação de Gabinete.

Art. 3° - o valor do salário-família, por dependente legal, fica reajustado para NCz\$ 7,62 (sete cruzados novos e sessenta e dois centavos).

Art. 4° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1° de novembro de 1989, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.10.89

(a) TRIBUNAL DE CONTAS

Com a palavra o Senhor Relator, Deputado Pirajá Ferreira.

O SR. PIRAJÁ FERREIRA - (Lê PARECER do Projeto de Lei n° 280/89).

Comissão Geral
PROJETO DE LEI N° 280/89

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, encaminhado a esta Casa através do ofício n° 760/89, do Tribunal de Contas do Estado, tem por finalidade dispor sobre o reajuste dos funcionários do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, a título de antecipação salarial a partir de 1° de novembro de 1989.

O projeto de lei em tela encontra-se em conformidade com o disposto no artigo 77, combinado com o artigo 101, da Constituição Estadual.

Formalmente, a matéria apresenta-se irretocável, inexistindo óbice à aprovação do presente projeto.

O parecer é, pois, FAVORÁVEL, pela sua APROVAÇÃO.

Sala das Comissões, em 24.10.89

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Lúcio Machado) - Em votação o parecer. APROVADO.

Em discussão o Projeto de Lei n° 280/89. Em votação. APROVADO.

Sobre a mesa, requerimento de n° 2223, de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, com apoio do Senhor Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2215, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2216, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2212, de autoria do Senhor Deputado Werner Wanderer, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2205, de autoria do Senhor Deputado Luciano Pizzatto, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2206, de autoria do Senhor Deputado Luciano Pizzatto, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2211, de autoria do Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2213, de autoria do Senhor Deputado José Felinto, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2217, de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2225, de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2207, de autoria do Senhor Deputado Luciano Pizzatto, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 26, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução n° 59/89.

4ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 59/89.

3ª DISCUSSÃO - dos Projeto de Lei n°s 109, 208, 226 e 281/89. e do Projeto de Resolução n° 60/89.

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n° 129 e 280/89.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 65, 158, 185, 239 e 295/88; 61, 196, 222, 232, 234 e 255/89.
e do Projeto de Resolução n° 61/89.

Levanta-se a sessão.

Atos da Comissão Executiva:

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

R E S O L V E:

DECRETO LEGISLATIVO N° 312/89

prover, JOSÉ ELIAS MARTINS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Chefe de Gabinete da Liderança do P.T.N., a partir de 1° de junho de 1989.

(Protoc. n° 6614)

Palácio "XIX de Dezembro", em 01.07.89

DECRETO LEGISLATIVO N° 368/89

Art. 1° - A remuneração mensal do servidor ativo ou inativo do Poder Legislativo, terá como limite máximo o valor de NCz\$ 8.750,00 (OITO MIL E SETECENTOS E CINCOENTA CRUZADOS NOVOS).

Art. 2° - Para efeitos deste Decreto, deduzida a parcela de contribuição compulsória para entidades previdenciárias, remuneração é a soma dos valores percebidos em espécie, a qualquer título, em razão do cargo, emprego ou função, de caráter efetivo ou transitório, excluídos:

I - diárias

II - décimo terceiro salário

III - adicional de férias

IV - adicional por tempo de serviço, até 35% e

V - indenizações decorrentes de rescisão de contrato de trabalho.

Art. 3° - Os valores que estiverem sendo percebidos em desacordo com o estabelecido neste Decreto serão imediatamente ajustados aos limites dele decorrentes.

Art. 4° - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1° de setembro de 1989, revogadas as disposições em contrário.

DECRETO LEGISLATIVO N° 396/89

mandar pagar, à FADUA FERREIRA BRANDÃO, viúva do ex-Deputado Estadual WILSON DO AMARAL BRANDÃO, falecido em 24 de janeiro de 1985, pensão mensal no valor de cinco (05) salários mínimos, de acordo com o Art. 3°, do Decreto Legislativo n°180/64; e, nos termos das Leis n°s 4763 e 54, de 05 e 22 de novembro de 1963, respectiva-

mente, com nova redação dada pelas Leis n°s 6468, de 16 de outubro de 1973, e 6911, de 02 de setembro de 1977, e Art. 1° e parágrafo único, de Lei n° 7568, de 11 de janeiro de 1982, respeitados o Art. 3° e respectivo parágrafo a partir da data da publicação.

(Protoc. n° 7987)

Palácio "XIX de Dezembro", em 20.09.89

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente

TADEU LÚCIO MACHADO - 1° Secretário

WERNER WANDERER - 2° Secretário

Atos da Diretoria Geral:

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

Resolve:

PORTARIA N° 082/89

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n° 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2°, da Lei n° 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA ABBAS, matrícula n° 403, ocupante do cargo de Procurador, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, referentes ao dobro das férias de 1987 e 1988, deixadas de gozar.

(Protoc. n° 2693)

PORTARIA N° 083/89

conceder a HILDA BATISTOTTI, funcionária contratada (C.L.T.) deste Poder Legislativo, de acordo com o Art. 7°, inciso XVIII, da Constituição Federal, cento e vinte (120) dias de licença maternidade, a partir de 10 de abril do corrente ano.

(Protoc. n° 4983)

PORTARIA N° 084/89

conceder a NELCY PALLOTA, funcionária contratada (C.L.T.) deste Poder Legislativo, de acordo com o Art. 7°, inciso XVIII, da Constituição Federal, cento e vinte (120) dias de licença maternidade, a partir de 02 de maio do corrente ano.

(Protoc. n° 4894)

PORTARIA N° 085/89

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n° 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2°, da Lei n° 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de SÉRGIO MANOEL POPLADE CERCAL, matrícula n° 484, ocupante do cargo de Procurador, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, referente ao dobro das férias referentes ao ano de 1987, que deixou de gozar.

(Protoc. n° 3156)

PORTARIA N° 086/89

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n° 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2°, da Lei n° 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de ALCEU IVO COSTACURTA, matrícula n° 040, ocupante do cargo de Dentista, Classe "A", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1988, que deixou de gozar.

(Protoc. n° 2625)

PORTARIA N° 087/89

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de LUIZ AUGUSTO CANTADOR, matrícula n° 507, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, Classe "A", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 248, da Lei n° 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o 6° quinquênio, compreendido entre 16 de março de 1985 e 16 de maio de 1989, antecipado em razão da incorporação correspondente ao 5° quinquênio e das férias de 1987 e 1988, contadas em dobro.

(Protoc. n° 4391)

PORTARIA N° 088/89

conceder, a AIRTON CESAR SANTIN, matrícula n° 182, ocupante do cargo de Taquígrafo, Classe "A", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao ano de 1989, a partir de 03 de julho do corrente ano.

Gabinete da Diretoria Geral, em 20.06.89

PORTARIA N° 089/89

conceder, a MARIA DO ROSÁRIO MARQUES, matrícula n° 064, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, Classe "P", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes a 1988, a partir de 06 de junho de 1989.

(Protoc. n° 6029)

PORTARIA N° 090/89

conceder, a ROSELI TOMAZ DA SILVA, funcionária contratada deste Poder Legislativo, cento e vinte (120) dias de licença maternidade, de acordo com o Art. 7°, inciso XVIII, da Constituição Federal, a partir de 26 de julho do corrente ano.

(Protoc. n° 5931)

PORTARIA N° 091/89

conceder, a SEBASTIAO DE LIMA CARDOSO, matrícula n° 172, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, Classe "B", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia,

trinta (30) dias de férias, referentes a 1989, a partir de 03 de julho do corrente ano.

(Protoc. n° 5936)

PORTARIA N° 092/89

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n° 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2°, da Lei n° 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor do funcionário ROGÉRIO ANTONIO SOUZA DO NASCIMENTO, matrícula n° 495, ocupante do cargo de Médico, Classe "B", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1988, deixadas de gozar.

(Protoc. n° 4717)

PORTARIA N° 093/89

conceder, a ACIR VILLATORE, matrícula n° 364, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, Classe "A", funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao 1989, a partir de 03 de julho do corrente ano.

(Protoc. n° 5977)

PORTARIA N° 094/89

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n° 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2°, da Lei n° 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de MARCOS UNIGA, matrícula n° 424, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, Classe "D", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1988, que deixou de gozar.

(Protoc. n° 4979)

PORTARIA N° 095/89

conceder, a MARIA DO ROSARIO MARQUES, matrícula n° 064, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, Classe "B", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes a 1989, a partir de 07 de agosto do corrente ano.

(Protoc. n° 6034)

PORTARIA N° 096/89

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n° 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2°, da Lei n° 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor da funcionária BRÍGIDA LOBO KOLAROVICZ, matrícula n° 556, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, Classe "A", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondente

ao dobro das férias de 1987 e 1988 que deixou de gozar.

(Protoc. n° 5065)

PORTARIA N° 097/89

conceder, a WILSON KAIEL, matrícula n° 436, ocupante do cargo de Procurador, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes a 1989, a partir de 01 de junho do corrente ano.

(Protoc. n° 6050)

Gabinete da Diretoria Geral, em 30.06.89

PORTARIA N° 098/89

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n° 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2°, da Lei n° 6742, de 02 de dezembro de 1975, em favor de SÉRGIO MANOEL POPLADE CERCAL, matrícula n° 484, ocupante do cargo de Procurador, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias do ano de 1989.

(Protoc. n° 6207)

Gabinete da Diretoria Geral, em 11.07.89

PORTARIA N° 099/89

antecipar, para a partir de 26 de julho do corrente ano, as férias concedidas pela Portaria n° 169/88, referentes a 1989, a EUZA ARAUJO RIBEIRO, matrícula n° 022, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, Classe "C", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. n° 5695)

PORTARIA N° 100/89

conceder, a JONAS ZAMPIER, matrícula n° 1114, ocupante do cargo em Comissão, símbolo DAS. 4, de Coordenador da Coordenação de Suprimentos, da Diretoria de Apoio Técnico, trinta (30) dias de férias, referentes a 1989, a partir de 10 de junho do corrente ano.

(Protoc. n° 6382)

PORTARIA N° 101/89

constituindo Comissão de Sindicância, composta pelos servidores, Gilberto Daros, Antônio Gulbino e Osvaldo Marques, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, com referência ao comunicado contido no protocolado sob o n° 6388/89.

(Protoc. n° 6488)

PORTARIA N° 102/89

conceder ao funcionário DORIVAL DELAGASSA, matrícula n° 577, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, Classe "A", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao ano de 1989, a partir de 01 de agosto do

corrente ano.

(Protoc. n° 6657)

PORTARIA N° 103/89

conceder, ao funcionário ALVARO SÉRGIO MARAVALHAS, matrícula n° 030, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, Classe "B", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referente ao ano de 1989, a partir de 01 de setembro do corrente.

(Protoc. n° 6300)

PORTARIA N° 104/89

revogar, a pedido, a Portaria n° 072/89, que designou os funcionários EDISON DE OLIVEIRA, matrícula n° 557 e NORMANDO PEDRO CULPI, matrícula n° 360, para comporem a Comissão de Licitação, criada pelo Decreto Legislativo n° 106/89.

(Protoc. n° 5704)

PORTARIA N° 105/89

conceder a funcionária SONIA GORETI DE OLIVEIRA CARVALHO, matrícula n° 058, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, Classe "C", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias referentes a 1989, a partir de 17 julho do corrente ano.

(Protoc. n° 6349)

PORTARIA N° 106/89

conceder ao funcionário TABAJARA MARTINS, matrícula n° 073, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, Classe "A", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1989, a partir de 10 de julho do corrente ano.

(Protoc. n° 6364)

PORTARIA N° 107/89

1° - mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n° 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2°, da Lei n° 6742, de 02 de dezembro de 1975, em favor de ALVARO SÉRGIO MARAVALHAS, matrícula n° 030, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, Classe "B", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, referente ao dobro das férias de 1988, deixadas de gozar; e,
2° - mandar incorporar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 248, da citada Lei n° 6174, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o 5° quinquênio, compreendido entre 02 de maio de 1985 e 02 de julho de 1989, antecipado em razão da incorporação do 4° quinquênio e das férias de 1983 e 1984, contadas em dobro.

PORTARIA N° 108/89

1° - mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n° 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2°, da Lei n° 6742, de 03 de dezembro de 1975, RUBENS DAMAS, matrícula n° 371, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, Classe "A", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, referentes as férias de 1989, deixadas de gozar;

2° - mandar incorporar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 248, da citada Lei n° 6174, o tempo de seis (06) meses, correspondentes ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o 6° quinquênio, compreendido entre 07 de maio de 1985 e 07 de novembro de 1988, antecipado em razão da incorporação correspondente ao decênio anterior, referente ao 4° e 5° quinquênios, e, das férias de 1985, 1986 e 1987, contadas em dobro; e,

3° - mandar contar, para efeito de aposentadoria nos termos da Lei n° 7634, de 13 de julho de 1982, regulamentada pelo Decreto n° 5434, de 16 de setembro de 1982, o tempo de dois (02) anos, seis (06) meses e dezenove (19) dias, período compreendido entre 03 de novembro de 1959 e 21 de maio de 1962 em que prestou serviços em atividades regidas pela Lei Federal n° 3807, de 26 de agosto de 1960.

GABINETE DA DIRETORIA GERAL,
em 26 de julho de 1989.

PORTARIA N° 109/89

conceder de acordo com o Art. 7°, inciso XVIII, da Constituição Federal, a MARIA APARECIDA GOMES DUTRA, funcionária contratada deste Poder Legislativo, (CLT), cento e vinte (120) dias de licença maternidade, a partir de 10 de julho do corrente ano.

(Protoc. n° 6780)

PORTARIA N° 110/89

conceder de acordo com o Art. 7°, inciso XVIII, da Constituição Federal, a JANE CARDOSO DE LIMA, funcionária contratada deste Poder Legislativo, (CLT), cento e vinte (120) dias de licença maternidade, a partir de 07 de agosto do corrente ano.

(Protoc. n° 7036)

PORTARIA N° 111/89

conceder de acordo com o Art. 7°, inciso XVIII, da Constituição Federal, a MARIA MARLY MALKO, funcionária contratada deste Poder Legislativo, (CLT), cento e vinte (120) dias de licença maternidade, a partir de 25 de julho do corrente ano.

(Protoc. n° 6779)

PORTARIA N° 112/89

1°) mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n° 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2°, da Lei n° 6742, de 02 de dezembro de 1975, em favor de Nanci Terezinha Kotelak, matrícula n° 029, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, Classe "C", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, referentes ao dobro das férias de 1987 e 1988, que deixou de gozar; e,

2°) mandar incorporar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 248, da citada Lei n° 6174, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o 2° quinquênio, compreendido entre 25 de janeiro de 1982 e 25 de janeiro de 1986, antecipado em razão da incorporação do 1° quinquênio e das férias de 1983, 1984 e 1985, contadas em dobro.

(Protoc. n° 6339)

PORTARIA N° 113/89

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n° 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2°, da Lei n° 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de EUZA DE ARAUJO RIBEIRO, matrícula n° 022, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, Classe "C", funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1988, que deixou de gozar.

(Protoc. n° 5648)

PORTARIA N° 114/89

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n° 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2°, da Lei n° 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de MARCO ANTONIO MARCONCIN, matrícula n° 146, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, Classe "B", funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondentes ao dobro das férias de 1987 e 1988, deixadas de gozar.

(Protoc. n° 5681)

PORTARIA N° 115/89

conceder, a CENIRA SILVEIRA DA COSTA, matrícula n° 308, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, Classe "A", funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes a 1989, a partir de 01 de agosto do corrente ano.

(Protoc. n° 6855)

PORTARIA N° 116/89

conceder, a AIRTON ALVES ARANHA, matrícula n° 413, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, Classe "A", funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes a 1989, a partir de 03 de agosto do corrente ano.

(Protoc. n° 6995)

PORTARIA N° 117/89

conceder, ao funcionário ANTONIO GULBINO, matrícula n° 164, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, Classe "A", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes a 1989, a partir de 01 de agosto do corrente ano.

(Protoc. n° 6992)

PORTARIA N° 118/89

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n° 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2°, da Lei n° 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor do funcionário JUARES DE QUADROS GONÇALVES, matrícula n° 513, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, Classe "B", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias de 1987 e 1988, deixadas de gozar.

(Protoc. n° 6574)

PORTARIA N° 119/89

conceder, ao funcionário EMERENTINO DA CRUZ PACCA, matrícula n° 496, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, Classe "B", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1989, a partir de 01 de agosto do corrente ano.

(Protoc. n° 6996)

PORTARIA N° 120/89

conceder, ao funcionário EDISON CARLOS DE OLIVEIRA, matrícula n° 557, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, Classe "A", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao ano de 1989, a partir de 01 de setembro do corrente ano.

(Protoc. n° 7053)

Gabinete da Diretoria Geral, em 08.08.89

PORTARIA N° 121/89

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n° 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2°, da Lei n° 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de JOSÉ GUILHERMINO FILGUEIRAS, matrícula n° 509, ocupante do cargo de Procurador do Quadro de Pessoal da Secretaria desta As-

sembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1988, que deixou de gozar.

(Protoc. n° 7378)

PORTARIA N° 122/89

conceder, a funcionária ANGELINA GARCIA PACHECO, matrícula n° 183, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, Classe "A", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes a 1989, a partir de 01 de setembro do corrente ano.

(Protoc. n° 7550)

PORTARIA N° 123/89

conceder, a MARINEIDE LUZINE GOLOS, funcionária contratada deste Poder, cento e vinte (120) dias, de licença maternidade, de acordo com o Art. 7°, inciso XVIII, da Constituição Federal, a partir de 15 de agosto do corrente ano.

(Protoc. n° 7471)

PORTARIA N° 124/89

conceder, a MARCIA VALÉRIA GONZALES FERNANDES, funcionária contratada deste Poder, cento e vinte (120) dias, de licença maternidade, de acordo com o Art. 7°, inciso XVIII, da Constituição Federal, a partir de 22 de julho do corrente ano.

(Protoc. n° 7593)

PORTARIA N° 125/89

conceder, ao funcionário MOACIR JORGE NARDI, matrícula n° 081, ocupante do cargo de Procurador, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao ano de 1989, a partir de 01 de setembro do corrente ano.

(Protoc. n° 8068)

PORTARIA N° 126/89

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público, de AIMORÉ OD ROCHA, matrícula n° 384, ocupante do cargo de Procurador do Quadro Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 248, da Lei n° 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o 6° quinquênio, compreendido entre 03 de outubro de 1985 e 03 de agosto de 1989, antecipado em razão da incorporação correspondente ao 5° quinquênio e das férias do ano de 1985, 1986, 1987 e 1988, contadas em dobro.

(Protoc. n° 6993)

PORTARIA N° 127/89

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviços públicos de

BOANERGES DE MENESES CALDAS, matrícula n° 268, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, Classe "B", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 248, da Lei n° 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o 5° quinquênio, compreendido entre 23 de janeiro de 1984 e 23 de julho de 1988, antecipado em razão de incorporação correspondente ao 4° quinquênio.

(Protoc. n° 6832)

PORTARIA N° 128/89

conceder, a DEONILSON ROLDO, matrícula n° 117, ocupante do cargo de jornalista, Classe "A", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias referentes ao ano de 1989, a partir de 1° de setembro do corrente ano.

(Protoc. n° 7612)

PORTARIA N° 129/89

conceder ao funcionário OSVALDO MARQUES, matrícula n° 380, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, Classe "B", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias referentes ao ano de 1989, a partir de 1° de setembro do corrente ano.

(Protoc. n° 7597)

PORTARIA N° 130/89

conceder, a DARCI ANTONIO BUDEL, matrícula n° 062, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, Classe "B", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias referentes ao ano de 1989, a partir de 1° de setembro do corrente ano.

(Protoc. n° 7318)

PORTARIA N° 131/89

conceder a MARLENE PERRY GONÇALVES, matrícula n° 158, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, Classe "A", funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias referentes ao ano 1989, a partir de 11 de setembro do corrente ano.

(Protoc. n° 8153)

Gabinete da Diretoria Geral, em 06.09.89.

PORTARIA N° 132/89

mandar contar, para efeito de aposentadoria nos termos da Lei n° 7634, de 13 de julho de 1982, regulamentado pelo Decreto n° 5434, de 16 de setembro de 1982, em favor de MOACIR JORGE NARDI, matrícula n° 081, ocupante do cargo de Procurador, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de um (01) ano e quinze (15) dias, período compreendido entre 01

Curitiba, quinta, em 24.10.89

de abril de 1961 e 15 de abril de 1962, conforme certidão em anexo, em que prestou serviços em atividade regida pela Lei Federal n° 3807, de 26 de agosto de 1960.

(Protoc. n° 8069)

Gabinete da Diretoria Geral, em 15.09.89

PORTARIA N° 133/89

conceder, a funcionária MARIA APARECIDA DO ROCIO GEBRAN DO AMARAL, matrícula n° 293, ocupante do cargo de Secretário de Comissão, Classe "A", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes a 1989, a partir de 02 de outubro do corrente ano.

(Protoc. n° 8652)

PORTARIA N° 134/89

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n° 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2°, da Lei n° 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor do funcionário CESAR AUGUSTO LEONI, matrícula n° 479, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, Classe "B", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1988, deixadas de gozar.

(Protoc. n° 7527)

PORTARIA N° 135/89

conceder, a funcionária EUZA ARAUJO RIBEIRO, matrícula n° 022, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, Classe "C", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, quinze (15) dias de licença, para tratamento de saúde, a partir de 20 de setembro do corrente ano.

(Protoc. n° 8691)

PORTARIA N° 136/89

conceder, ao funcionário MARCIONILIO SANCHOCAMBUHY, matrícula n° 177, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, Classe "A", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao ano de 1989, a partir de 02 de outubro do corrente ano.

(Protoc. n° 8718)

PORTARIA N° 137/89

conceder, ao funcionário MOYSES ABDALA MAGALHAES, matrícula n° 316, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, Classe "B", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias referentes ao exercício de 1989, a partir de 02 de outubro do corrente ano.

(Protoc. n° 8795)

PORTARIA N° 138/89

conceder, a funcionária JOSINA PEREIRA JANJAO, matrícula n° 157, ocupante do car-

go de Oficial Legislativo, Classe "A", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes a 1989, a partir de 02 de outubro do corrente ano.

PORTARIA N° 139/89

mandar contar, para efeito de aposentadoria nos termos da Lei n. 7634, de 13 de julho de 1982, regulamentada pelo Decreto n. 5434, de 16 de setembro de 1982, em favor de MARLENE PERRY GONÇALVES, matrícula n. 158, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, Classe "A", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de nove (09) meses, período compreendido entre 1° de julho de 1955 e 30 de março de 1956, em que prestou serviços em atividade regida pela Lei Federal n. 3807, de 26 de agosto de 1960.

(Protoc. n° 8154)

PORTARIA N° 140/89

conceder a SANDRA T. M. M. B. de MACEDO, funcionária contratada deste Poder Legislativo, cento e vinte dias (120) de licença maternidade, de acordo com o Art. 7°, inciso XVIII, da Constituição Federal, a partir de 09 de setembro do corrente ano.

(Protoc. n° 8690)

PORTARIA N° 141/89

conceder, a MYRLENE RIBEIRO DA SILVA, funcionária contratada deste Poder Legislativo, quinze (15) dias de licença, para tratamento de saúde, a partir de 19 de setembro do corrente ano.

(Protoc. n° 8374)

Gabinete da Diretoria Geral, em 03.10.89.

PORTARIA N° 142/89

conceder, a GABRIEL BROTTTO, matrícula n. 335, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, Classe "A", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias referente a 1989, a partir de 04 de outubro do corrente ano.

(Protoc. n° 8874)

PORTARIA N° 143/89

conceder, ao funcionário ELDO GEVEZIER, matrícula n. 056, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, Classe "D", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao ano de 1989, a partir de 10 de outubro do corrente ano.

(Protoc. n° 8887)

PORTARIA N° 144/89

retificar, a Portaria n. 141/89, de 03 de outubro do corrente ano, que, MYRLENE RIBEIRO DA SILVA, é ocupante do cargo em Comissão, e, não como constou no referido ato.

(Protoc. n° 8374)

Gabinete da Diretoria Geral, em 05.10.89

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Ato da Comissão Executiva:

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

RESOLVE:

DECRETO LEGISLATIVO N° 406/89

mandar retificar o Decreto Legislativo n° 021, de 16 de janeiro de 1989, que aposentou HILÁRIO FREGONEZE, matrícula n° 026, ocupante do cargo de Procurador, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para que dali seja retirada a gratificação de um terço (1/3) do vencimento básico, pago a título de risco de vida e saúde.

Palácio "XIX de Dezembro", em 16.10.89

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

TADEU LÚCIO MACHADO

1° Secretário

WERNER WANDERER

2° Secretário